

O Nome-do-Pai e autoridade: Lacan e Hanna Arendt

Noga Wine¹

RESUMO

A articulação dos textos antropológicos de Freud com o conceito lacaniano do Nome-do-Pai conduz ao exame da autoridade. Esta encaminha à transição do âmbito do sujeito singular ao social. O pai ganha sua autoridade em troca do seu amor equitativo, dando aos filhos aquilo que ele não tem. Lacan usa a figura de Sócrates para revelar como o saber provoca amor. Equipara a posição de Sócrates àquela do analista. A Transferência, embora não transfira saber, provoca amor. O analista transfere ao analisando o poder da linguagem para que este possa produzir saber sobre aquilo que ignora de si.

Palavras-chave: NOME-DO-PAI; AUTORIDADE; FREUD, S; LACAN, J; ARENDT, H.

The Name-of-the-Father and authority: Lacan and Hanna Arendt

ABSTRACT

The articulation of Freud's anthropological texts with the Lacanian concept of the Name of the Father leads to the examination of authority. The latter conducts to the transition from the subject to the social sphere. The father gains his authority in exchange for his equitable love, when he gives his sons what he does not have. Lacan uses the figure of Socrates to reveal how knowledge gives birth to love. He equates Socrates' position with that of the analyst. The transference does not transfer knowledge; however, it provokes love. The analyst transfers the power of language to the analysand so that he could produce knowledge about what he ignores.

Key words: NAME-OF-THE-FATHER; AUTHORITY; FREUD, S; LACAN, J; ARENDT, H.

Le Nom-du-Père et l'autorité: Lacan et Hanna Arendt

RESUME

L'articulation des textes anthropologiques de Freud avec le concept lacanien du Nom du Père conduit à l'interrogation de l'autorité. Cela conduit au passage du domaine de l'individu au sujet social. Le père gagne son autorité en échange de son amour équitable, en donnant à ses enfants ce qu'il n'a pas. Lacan utilise la figure de Socrate pour révéler comment la connaissance provoque l'amour. Il assimile la position de Socrate à celle de l'analyste. Le Transfert, bien qu'il ne transfère pas de connaissance, provoque l'amour. L'analyste transfère le pouvoir du langage à l'analysant afin que celui-ci puisse produire un savoir sur ce qu'il ignore.

Mots clés: NOM-DU-PERE; AUTORITE; FREUD, S; LACAN, J; ARENDT, H.

¹Jurista pela Universidade Hebraica de Jerusalém (Israel). Psicanalista. Doutora em Teoria Psicanalítica pelo Programa de Pós-Graduação em Psicanálise do Instituto de Psicologia da UFRJ. Membro do CFAR - [Center for Freudian Analysis and Research, London], instituição na qual ministra cursos e seminários.

E-mail: noga.wine@gmail.com

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0003-0308-6893>

Autorizado pela linguagem, o amor do pai dá o que ele não detém

Na tentativa de articular os textos ‘antropológicos’ de Sigmund Freud com o conceito lacaniano do Nome-do-Pai, impôs-se o exame da autoridade do Pai, a do chefe, a do comandante e a do mestre. Autoridade não é um conceito psicanalítico, contudo alguns psicanalistas estudam a crise da autoridade do pai como fator responsável pelo mal-estar na contemporaneidade. A indagação acerca do conceito de autoridade leva vários atores a transitarem do âmbito do sujeito individual ao âmbito social das instituições e dos estados. Qual é o alcance da aproximação, feita por Freud (1921), entre a psicologia individual e a psicologia social ou do grupo?

Em que medida a psicologia individual é também psicologia social? Freud desenvolve sua equiparação por meio da pesquisa do valor fundador e unificador nas duas formações: a do *Eu* no âmbito do sujeito e a do grupo social. Ele compara a função autoritária do pai e dos seus substitutos na família, com a função autoritária do líder nos grupos políticos organizados.

Em função disso, argumenta que é o amor equitativo que a figura do pai tem pelos filhos, o rei pelos súditos, o papa pelos fiéis, e o comandante militar pelos soldados, que estabelece a formação tanto do *Eu* (ego), no nível individual, como a coesão do grupo social organizado. Desde modo, não podemos definir a política apenas como gestão de poder administrativo. A política tem sua origem no pensamento e no sentimento da ação de engajamento em estabelecer a justiça. Segundo o filósofo francês Alain Badiou, o conceito chave da justiça é da igualdade entre os sujeitos. Esta igualdade que deve prevalecer na política é expressada por Freud como o amor equitativo do pai.

Essas considerações encaminham-nos ao exame da função do conceito lacaniano o *Nome-do-Pai*, e de sua relação com autoridade e com amor, na formação do sujeito. Constatamos que o amor do pai pelos filhos lhe confere autoridade sobre eles.

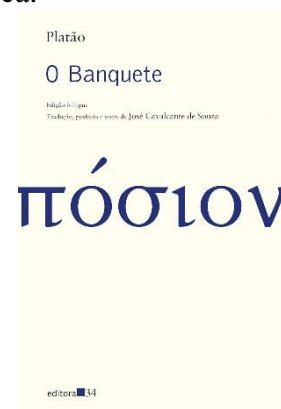
Recentemente, na época da coroação do novo rei na Inglaterra, podia-se constatar de que apesar de que uma grande parte da população britânica esteja contra a monarquia, a instalação de uma figura paternal teve um efeito de júbilo e de apaziguamento sobre a população toda. A cerimônia central, com toda sua pompa imaginária e circunstância simbólica, promoveu atos de confraternização entre os cidadãos, fossem eles favoráveis ou contrários à monarquia. Quando o significante mestre, o S_1 Lacaniano da nação britânica, foi investido numa figura real, o ato promoveu alegria, amizade e teve efeito tranquilizante; instaurou-se na multidão um senso de comunidade e organizaram-se festas de rua em que estranhos se comunicavam e se relacionavam.

No *Seminário 5: As formações do inconsciente*, Lacan (1957-58) retomou o conceito de Nome de pai e, no reexame de sua função, insistiu que a função paterna não reside no pai atual da família, está além dele. Não é, portanto, o pai físico que estabelece a lei, sua função é apontar para lei da ordem social que, por estar além, reside no Outro, e não em homem algum. O pai da família, pode ser a autoridade em casa, mas não é o legislador. Deste modo, a autoridade do pai vai contra seu autoritarismo. O pai deve reconhecer o filho e amá-lo para que este ganhe lugar na ordem social e simbólica. Na função paterna, prevalecem o ato simbólico do reconhecimento e o fator afetivo do amor sobre o fator biológico da procriação e sobre um autoritarismo violento.

Este amor do pai revela o significado do enigmático aforisma lacaniano: O amor é dar aquilo que não se tem (1961-62). O pai introduz o filho na ordem simbólica, não pelo saber que detém, mas pelo que não sabe: nenhum pai sabe o significado do significante fálico e, contudo, transmite ao filho a significação fálica, a lei e a ordem do Outro, que governa a estrutura de linguagem. O filho ganha do pai a ascendência à ordem da significação fálica. Deste modo, o pai dá o que não é dele e, com esta doação, nada perde, mas ganha um filho, e o filho ganha um pai e entra na ordem da filiação. A autoridade se estabelece por essa doação

amorosa. Esta é a economia paradoxal do amor que é própria ao saber: “dar o que não se tem”. O saber é transmitido por via do significante ao qual falta o significado, que é o falo. Este significante primordial instala no sujeito o desejo de adquirir saber e de produzir saber. Aquele que transmite não fica desfalcado porque com seu amor só deu o que não tinha e sua doação, formulada por Lacan de forma negativa, instaura o “Não” da lei do Nome-do-Pai. Freud tinha afirmado já em 1925, no seu artigo “A Negativa”, que o intelectual surge graças ao aparecimento do símbolo da negação. A função do pai passa pelo nome, pela palavra e pelo afeto, não é transmitida nem pelo seu esperma, e nem por sua força física.

No seminário sobre a transferência, Lacan (1960-61) dá um lugar central ao Sócrates descrito no *Banquete* de Platão (1972). Sócrates, usando a sua ironia, levava seus locutores a confrontarem as próprias ignorâncias. Ele mesmo afirmou em nada mais ser entendido, senão nas questões do amor. Seu era o amor do filósofo que ama o saber. Suas palavras eram: É certo que “só sei que nada sei”. A frase negativa, compreendida como algo positivo, assinala a importância dada por ele ao pensamento crítico, à incerteza e à tomada de consciência da própria ignorância. Saber que não sabe, não é um “defeito”, é a base da busca pelo conhecimento verdadeiro (*episteme*) que é o objetivo da filosofia. É neste aspecto que Lacan pôde comprar Sócrates ao psicanalista.



Lacan, ao longo de seus escritos e de seus seminários, refere-se ao *Banquete* de Platão em vários momentos importantes quando trata da transferência. Pensamos que essa transferência é o amor pelo qual se dá, ou se transfere, aquilo que o analista não tem. Ele destaca:

O momento essencial, ao qual se deve reportar a questão que temos que nos colocar, da ação do analista, é aquele em que é dito que Sócrates jamais pretendeu nada saber senão o que diz respeito a Eros, quer dizer, ao desejo.

E continuando:

Platão nos indica da maneira mais precisa, o lugar da transferência. Desde que haja em algum lugar o *Sujeito Suposto Saber*, ... há transferência. De cada vez que esta função, *S. s. S.* pode ser, para o sujeito, encarnada em quem quer que seja, analista ou não, a transferência já está então fundada. (Lacan, 1964, p. 225)

A transferência faz nascer aquele amor que dá o que não tem.

Quando o analista francês recorre à figura do Sócrates no *Banquete* de Platão, mostra o quanto é fundamental, para o filósofo ateniense, a tomada de consciência da ignorância na busca pelo conhecimento. Para este, o conhecimento verdadeiro surge do abandono do senso comum e da opinião; pois o caráter particular das opiniões opõe-se ao conhecimento. Assim, todo aquele que sustenta seu conhecimento em opiniões satisfaz-se com um falso saber e afasta-se da verdade. O filósofo compreende que é necessário questionar as certezas, as opiniões e os pré-conceitos, e isso o levou a criar um procedimento de argumentação baseado em perguntas críticas que expõem as incoerências da *doxa* (opinião), fazendo com que as falsas certezas sejam abandonadas e haja a tomada de consciência do "não-saber", isto é, da própria ignorância.

A partir dessa conscientização, o indivíduo está pronto para buscar novas respostas que o conduzirão à verdade. Esse movimento foi chamado “o método socrático” e começa pela famosa frase “só sei que nada sei”. Esta frase foi proferida como uma resposta de Sócrates à mensagem do oráculo de Apolo dada a seu amigo Querofonte em Delfos. O oráculo afirmou que ele, Sócrates, era o mais sábio entre os homens gregos. Mas o filósofo questionou essa condição do mais sábio, e isso numa época que na sociedade grega havia diversas autoridades

reconhecidas pelos seus saberes. Os detentores de saber eram autoridade. Sócrates não se viu investido de autoridade. Dedicou sua vida a investigar o que significava ser sábio e o que é o verdadeiro conhecimento. Para isso, ao questionar as autoridades gregas, demonstrou que o que era compreendido como sabedoria, não passava de meras opiniões sustentadas pelo senso comum.

Esse comportamento de Sócrates, rendeu-lhe inimigos entre os poderosos de Atenas, que foram muitas vezes expostos ao ridículo pela sua ironia. Seria inaceitável expor ao público um juiz que não sabe explicar bem o conceito de justiça. O descontentamento e o repúdio à figura de Sócrates, nos meios mais influentes da política ateniense, culminou em seu julgamento e em sua condenação à morte. Após sua sentença ser proferida, Platão ainda deixou mais uma lição na obra *Apologia de Sócrates* atribuindo ao filósofo as seguintes palavras: “Mas eis a hora de partir: eu para a morte, vós para a vida. Quem de nós segue o melhor rumo ninguém o sabe, exceto os deuses”. O mais sábio se declara ignorante e deixa a derradeira questão aberta para uma resposta que viria do além.

Voltemos ao pai, àquele que tem a autoridade de conferir ao sujeito sua filiação e seu lugar na ordem da significação fálica. Assim como o amor é dar o que não se tem, a autoridade porta também um enigma ou um paradoxo: ela só se exerce autenticamente quando não é questionada e não lhe é exigido que se ponha à prova. Na verdadeira autoridade, a sujeição é voluntária, seu fundamento está além, e ela não é investida numa figura governante presente. Basta, contudo, a suposição de um detentor de autoridade, aceito por todos, para estabelecer-se uma ordem social e, nesta ordem, a palavra prevalece sobre a força física.

Autoridade

Seguindo Lacan, Miguel Bassols (2022), constata que a autoridade está em crise. Diz que ouvimos isso em lugares e em esferas muito diferentes: a autoridade dos pais e das mães na família declina; a dos professores, na área pedagógica, se enfraquece, a dos médicos e terapeutas, em sua prática clínica, é posta em dúvida; a dos pesquisadores, no campo do conhecimento científico, é questionada; as hierarquias, nas instituições religiosas, são abaladas e, finalmente, a autoridade dos políticos está totalmente desacreditada. Quando, porém, se pesquisa a natureza da autoridade, descobre-se que esta sempre esteve em crise, principalmente quando se via exigida a justificar a sua legitimidade. Assim como o amor não tem fundos para dar o que dá, a autoridade não tem fundamento para se autorizar. Quando a autoridade falha, o autoritarismo se torna o sintoma de um uso do poder que não respeita a singularidade dos sujeitos.

Em *Autoridad y autoritarismo* (2022) Miguel Bussol usa a psicanálise como instrumento para examinar a autoridade e as crises sociais com as quais ela está intimamente relacionada. Dado, porém, que a autoridade não é um conceito psicanalítico, teremos que indagar sobre ela fora do campo psicanalítico. Como vimos, uma autoridade autêntica se exerce sem necessidade de se explicar ou de se justificar. Depois da Segunda Guerra, nos anos 40, esta questão da autoridade foi debatida no campo político e no campo filosófico. A pensadora Hannah Arendt destaca-se com seu posicionamento diante da questão da autoridade. Aponta ao sentido paradoxal da autoridade e à sua crise no mundo moderno (ARENDDT, 1972, p.127).

A autoridade vista por Hanna Arendt

“A autoridade desapareceu”, diz ela, tornou-se impossível recorrermos “às experiências autênticas e incontestes comuns a todos, o próprio termo tornou-se enevoado por controvérsia e confusão” (Arendt, 1972, p. 127). Segundo Arendt, quando se trata de discutir o conceito de autoridade, é preciso pensar nas categorias políticas da Roma antiga, porque estas são

fundamentais para se pensar um governo estável e duradouro. Embora na Grécia, Platão e, depois dele, Aristóteles tenham promovido a legislação e a construção de cidades ao mais alto nível da vida política, eles não ampliaram o campo das experiências gregas fundamentais para a ação e a política. Arendt argumenta que isso viria a fazer o gênio político de Roma, que venera a legislação e a fundação.

No âmago da política romana, desde o início da República até virtualmente o fim da era imperial, encontra-se a convicção do caráter sagrado da fundação, no sentido de que, uma vez alguma coisa tenha sido fundada, ela permanece obrigatória para todas as gerações futuras. Participar na política significava, antes de mais nada, preservar a fundação da cidade de Roma (Arendt, 1972, p.162).



Hannah Arendt (1906-1975)

É, portanto, “a experiência romana” ligada ao ato da fundação que serve de guia para suas reflexões, e ela sublinha a importância desse ato na reflexão política e no desenvolvimento do conceito de autoridade. A palavra e o conceito autoridade são ambos de origem romana. Nem a língua grega nem as várias experiências políticas da história grega mostram qualquer conhecimento da autoridade e do tipo de governo que ela implica (Arendt, 2009, p. 207-208).

Nota-se que, entre Grécia e Roma, houve um desenvolvimento no pensamento político, quando emergiu a questão da autoridade. Quando os romanos passaram do modelo da esfera doméstica da família, para a o modelo da esfera social política, a questão da autoridade veio à tona. Para Freud, na passagem da constituição do sujeito individual à constituição do grupo organizado, a função do pai se destaca como a articulação do amor e do reconhecimento com a questão de autoridade. Lacan formula o conceito de *Nome de Pai* a partir do complexo de Édipo freudiano, e revela que se trata da autorização ao acesso à ordem da linguagem, à ordem que organiza o ser humano. A autoridade reside na estatura da linguagem e da palavra. Esta é a autoridade que prevalece no campo psicanalítico. Neste campo, a autoridade se transmuta de uma instância que proíbe, limita e diz “não”, para uma instância que autoriza.

Tanto Rômulo que fundou Roma, como Jesus que é o fundador da religião adotada pelo Império Romano, têm suas paternidades no além. Rômulo era filho do deus Marte e Jesus, filho de Deus. Diríamos que a filiação de ambos é totalmente simbólica sem nenhum vestígio real da ordem natural da procriação. Esta intervenção divina é que fundamenta tanto as religiões como as monarquias. O fundamento no além, no divino, não pode ser questionado ou contestado, é aceito voluntariamente. Vemos que, no mundo mulçumano, depois da primavera árabe que começou na Tunísia, em 2010, caíram várias repúblicas, mas não as monarquias, porque a linha dos monarcas teria sido designada por deus.

Para Arendt, a “autoridade implica uma obediência na qual os homens retêm sua liberdade” (1972, p.144). Esta definição parece ser paradoxal, mas é sustentada pela política romana. A autoridade do senado romano era sustentada pelos cidadãos que valorizavam as tradições dos seus ancestrais e transmitiam tal reverência aos senadores. O que marca a história política do ocidente é esta experiência romana da fundação.

A palavra *pátria* deriva de *pater* e tem seu pleno significado na história romana. Para os romanos, a fundação de um novo organismo político, tornou-se o princípio central, decisivo e irrepetível na origem de toda a sua história, um acontecimento único (Arendt, 1972, p.162).

O aparecimento da autoridade entre os romanos é alicerçado na sacralidade da fundação de Roma e na transmissão desta tradição espiritual e intelectual de geração em geração. “A religião e a atividade política”, observa Arendt, (Arendt, 1972, p. 163) “podiam ser consideradas como praticamente idênticas” e “ser religioso significava ligar-se ao passado”. Recordar e preservar a experiência sagrada da fundação de Roma era dar sentido e significado às atividades políticas das gerações vindouras. Assim, a religião desempenhava uma função política por excelência.

O poder coercivo da fundação era, ele mesmo, religioso, pois a cidade Roma oferecia um lar aos deuses, ao contrário dos gregos, cujos deuses protegiam as cidades dos mortais, mas possuíam seu próprio lar, distante da morada dos homens, no Monte Olimpo (Arendt, 1972, p. 163).

Rômulo, portanto, começou, e fundou Roma através da “autoridade” dada a ele pelos deuses. As gerações futuras deverão manter, não apenas o espírito dessa fundação, mas toda a narração desse ato que inclui, além de Rômulo, vários deuses que estão na cidade, no espaço onde a política acontece. Cada ato deve remeter-se “ao sagrado início da história romana e somando, ... a cada momento singular todo o peso do passado” (Arendt, 1972, p. 165). É neste cenário que surge o conceito de autoridade.

Na psicanálise, a autoridade é da palavra e da linguagem e os princípios do seu poder são as leis da ordem simbólica. Consequentemente, até o Édipo da mitologia grega que inspirou Freud, pode ser colocado em questão de maneira provocadora à luz da elaboração lacaniana do conceito do *Nome-do-Pai*. O *Nome-do-Pai* é a função que autoriza o sujeito a ser falante e fazer uso da linguagem. Será que Édipo assassinou o seu pai? Seguindo o raciocínio lacaniano do *Nome-do-Pai*, Laio só era o progenitor, não era o pai de nome do Édipo. Ele não reconheceu Édipo como filho e não lhe deu amor. O pai de nome, o pai simbólico do Édipo, era Políbio, que o adotou, o amou e o reconheceu como filho. Obedecendo ao rigor do conceito lacaniano, Édipo não era parricida. Ele repetiu o ato do mito da horda primitiva ao assassinar o pai real, não o pai simbólico. O estatuto de Laio é o mesmo do pai selvagem da horda freudiana. Nos dois mitos, é o filho, ou os filhos, que reconheceu, ou reconheceram, o pai, mas *a posteriori*, depois de ele ser morto; enquanto vivo, não agiu nem como homem nem como pai. Quando o pai é autoritário e violento ele é eliminado, e só depois do uso da força bruta, surge a necessidade de procurar a autoridade simbólica que mantenha a coesão e a ordem do grupo sem o uso da força.

Apesar de necessária, a apreensão de autoridade autêntica é evanescente e difícil. A autoridade como a concebe a ciência política, é aquela à qual os assujeitados dão seu consentimento. O mito freudiano relata o pacto dos filhos para estabelecer as leis fundamentais que proíbem a matança e o incesto.

Para os psicanalistas a autoridade da linguagem é autêntica. Aqueles seres que aceitaram fazer uso da linguagem, no lugar da força, assujeitaram-se às suas leis. Uma vez estabelecida pelos sujeitos, a linguagem gera seu próprio passado, anterior aos sujeitos que a estabeleceram. A linguagem aparece como se estivesse esperando ser descoberta e estende sua existência ao um passado imemorial, ao passado anterior elaborado pelo mito. O mito fornece uma explicação lógica ao evento real do surgimento da ordem humana e do seu fundamento.

Resumindo: depois da Segunda Guerra, nos anos 40, a questão da autoridade foi debatida no campo político e no campo filosófico. A autoridade, de acordo com o pensamento de Arendt (1972, p. 164), existe fora daqueles que estão no poder”, isto é, “a característica mais proeminente dos que detêm autoridade é não possuir poder”, e toda a autoridade deve ser concedida pela opção dos cidadãos, e reside neles. Observemos que Lacan tem raciocínio analógico sobre o pai. O pai do *Nome-do-Pai* aponta para autoridade além de si que está no Outro. A autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção. Onde a força é usada, a autoridade teria fracassado. A autoridade também é incompatível com a persuasão. Onde se

utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Portanto, escreve Arendt, se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo em contraposição tanto à coerção pela força, como à persuasão através de argumentos (Arendt, 1972, p. 129).

A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, “aumentar”, e aquilo que a autoridade, ou aqueles que detêm a posse dela, aumentam constantemente, é o valor da fundação. Em Roma, aqueles que eram dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os *patres*, e eles a obtinham por descendência e transmissão (tradição) daqueles que haviam lançado as fundações de todas as coisas futuras; os antepassados eram chamados pelos romanos de maiores. A autoridade dos vivos era sempre derivativa dos *auctores imperii Romani conditoresque*, os autores e fundadores do Império Romano. Eram os fundadores que não mais se contavam entre os vivos.

A autoridade, em contraposição ao poder (*potestas*), tinha suas raízes no passado, mas esse passado não era menos presente na vida real da cidade que o poder e a força dos vivos. *Moribus antiquis res stat Romana virisque*: “A República romana se mantém pelos seus homens e costumes antigos” (Arendt, 1972, p. 163-164). Para os romanos, aquilo que a autoridade aumentava era o sentido sagrado da fundação; era o engrandecimento dessa experiência e o respeito pelas coisas estabelecidas pelos ancestrais. Esta visão não permitia confundir a autoridade com o poder. Assim, em Roma, o poder encontrava-se no povo e os senadores detinham a autoridade. Para os romanos, tudo deveria aumentar a sacralidade da fundação; nesse sentido, “o homem velho”, segundo Arendt (1972, p.166), “crescera mais próximo aos antepassados e ao passado”, pois, ao contrário do conceito comum de crescimento “em que se cresce para o futuro, para os romanos o crescimento dirigia-se no sentido do passado”.

Na modernidade, percebe-se a tendência em equiparar a autoridade ao autoritarismo e ao uso da violência. Reina uma confusão do conceito de autoridade com “alguma forma de poder e violência”. O real insiste em ameaçar o simbólico.

O sintoma mais significativo da crise da autoridade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural. O desamparo da criança gera esta necessidade, que passa ao âmbito social. A continuidade de uma civilização estabelecida é garantida somente se os que são recém-chegados por nascimento, forem guiados através de um mundo preestabelecido ao qual nasceram e no qual ingressaram como estrangeiros. Devido ao seu caráter simples e elementar, essa forma de autoridade serviu, através de toda a história do pensamento político, como modelo para uma grande variedade de formas autoritárias de governo. Arendt propõe que tanto prática, como teoricamente, não estamos mais em posição de saber o que a autoridade realmente é (Arendt, 1972, p. 128).

O fenômeno de autoritarismo surgiu porque a autoridade entrou em crise. O autoritarismo infiltrou-se no tecido social de maneiras diversas e não percebidas. Suas raízes estão no mais íntimo do ser humano. Está nas relações com os outros, mas também na relação do sujeito consigo mesmo.

No campo da psicanálise, a origem do autoritarismo é inconsciente. Estabelece-se como elemento de servidão voluntária ao Superego. O termo “Servidão Voluntária” apareceu no século XVI na obra de juventude de Étienne de La Boétie, que estudou a servidão voluntária no âmbito social. O termo porta em si uma contradição que o autor explorou. Denunciou a tirania e discutiu a legitimidade da autoridade. Indagou a submissão e a servidão e observou que a servidão de um povo é voluntária e não é mero produto de exercício do poder do governante. Freud observou este fenômeno contraditório de submissão quando estabeleceu o seu segundo modelo do aparato psíquico composto do *Isso (id)*, *Eu (ego)* e *Supereu (superego)*. Freud formula a ideia de supereu no texto de 1923, “*O ego e o id*”, como uma instância de origem dupla: ele representa os impulsos do *isso*, o seu lado pulsional, e é também herdeiro

do complexo de Édipo. Esta segunda vertente o articula ao social. Aqui aprendemos como o social se instala no próprio fundamento do sujeito. Autoritarismo é a relação que cada sujeito mantém com aquilo que ignora de si próprio, é sua submissão ao Supereu inconsciente (Freud, 1923, p. 51)

Com Lacan (1957-58), podemos falar que este autoritarismo deriva da linguagem que exerce seu poder pela palavra e pela fala. Mesmo que Freud fale sobre a autoridade parental e sobre o Super Ego em seu artigo: *Mal-estar na civilização*, não a questionou. A origem latina da palavra tem dois significados que aparentemente estão opostos: num sentido, a autoridade é aquela que proíbe, e Freud refere-se a este sentido. O outro significado da autoridade é da autorização, e este segundo sentido é ressaltado por Lacan. É a autoridade do pai que permite ao sujeito falar, dizer e tornar-se um autor dos seus ditos. Portanto, autoridade não pode ser reduzida à proibição do pai, ao seu “Não”: ela autoriza a falar. O pai autoriza o sujeito e lhe dá os títulos para se afiliar como sujeito.

Miguel Bassols (2022) ressalta que quando a autoridade falha, o autoritarismo se torna o sintoma de um uso do poder que não consegue mais respeitar a singularidade das pessoas. Jacques diz que o legislador está no lugar do impostor, que ele não é a própria lei. A lei da linguagem não é uma lei de impostura. Isso desloca todo o problema da autoridade e do poder ao âmbito da linguagem e da sua estrutura.

Os autores políticos encontraram cada um por seu viés o mesmo ponto de incompletude, de inconsistência e de paradoxo ao tratar o Outro da autoridade. Kojève diz que quando a autoridade se encontra com a inconsistência e ela tem que argumentar sua posição de autoridade, sua resposta mais fácil é se tornar autoritarismo e faz uso indiscriminado do poder. Lacan transfere este raciocínio ao exercício da psicanálise. Em 1958, Lacan, no final do primeiro parágrafo da introdução a *Direção da cura e os princípios do seu poder*, escreve: “A impotência de sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, (se degrada) como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder” (Lacan, 1958, p. 592).

Quando o sujeito não se pode autorizar, aparece a impotência que gera uso de poder. Nesta encruzilhada, Lacan adota a linha de Alexander Kojève: Quanto menos autoridade, mais poder; maior a autoridade, menor é o uso de poder. Se o analista usa legitimamente algum poder, é o poder da palavra, o poder do significante. Ele, o analista, não se identifica com a posição de autoridade e não está de posse do poder que a transferência lhe confere numa prática de sugestão e persuasão.

Assim a transferência não é apenas uma relação afetiva de amor que aparece na experiência analítica. Lacan mostra que ela é um deslocamento do poder da linguagem do lugar do analista para que ele autorize o sujeito. Deste modo, amor, transferência, autoridade e linguagem fazem um nó.

Referências

Arendt, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Bassols, Miguel. *Autoridad Y autoritarismo*, RBA Libros. 2022.

_____. *A causa de Mal-estar na civilização e a crise de autoridade. O poder na experiência psicanalítica é o poder da palavra*. Conferência 2021.

https://youtu.be/MrSZJ_psc3o?si=TZnm-LD8rLiSc0ZX (acesso em dezembro de 2023)

De La Boetie, Étienne. *Discurso sobre a servitude voluntária*. Edipro, grupo editorial, São Paulo, 2017.

Freud, Sigmund. *Psicologia de grupo e a análise do Ego. Obras Completas de Sigmund Freud*. vol. XVIII. Editora Imago: Rio de Janeiro: 1966. (Originalmente publicado em 1921)

Freud, Sigmund. O Ego e o Id. *Obras Completas de Sigmund Freud*. vol, 19. (Originalmente publicado em 1923)

Freud, Sigmund. A Negação. *Obras Completas de Sigmund Freud*. vol. 19. (Originalmente publicado em 1925)

José João Neves Barbosa Vicente: Breve introdução à questão da autoridade em Arendt. In *Revista de Filosofia*, vol. 11, n.1, pp. 245-254, 2015. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. <https://www.redalyc.org/journal/5766/576664618016/html/#>

Kojève, A. Kojève, A. *La notion de l'autorité* (1942). Edition Gallimard, Paris, 2004.

Lacan, Jaques. O Seminário livro 8, *A transferência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

Lacan, Jaques. O Seminário livro 5, *As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

Lacan, Jaques. A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro. Zahar, 1998.

Lacan, Jaques. O Seminário, livro 11, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Zahar, 1985.

Platão. *O Banquete (Simpósio)*, Os Pensadores, Nova Cultura, São Paulo, 1972.

Platão. Apologia de Sócrates. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/270801/mod_resource/content/1/platao%20apologia%20de%20socrates.pdf. (acesso em janeiro de 2024)

Citação/Citation: Wine, N. (2024). *O Nome-do-Pai e autoridade: Lacan e Hanna Arendt*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVI, no. 2.), pp. 101-109.

Recebido em: 08/06/2024
Aprovado em: 17/07/2024